



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

GIULIA NICOLE ALVES DA CUNHA

**Os antigos gregos eram racistas? Os conceitos de raça e etnia no  
pensamento e cultura da Grécia antiga.**

**Brasília**

**2023**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

GIULIA NICOLE ALVES DA CUNHA

**Os antigos gregos eram racistas? Os conceitos de raça e etnia no pensamento e cultura da Grécia antiga.**

Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Filosofia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade de Brasília.

Orientador: Gabriele Cornelli.

**Brasília**

**2023**

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Gabriele Cornelli, pelo auxílio com que me guiou nesta trajetória.

Aos profissionais da saúde mental que me guiaram nesse longo período de graduação me ensinando a arte de não desistir dos meus sonhos diante de um sistema racista, capitalista e patriarcal.

À minha família que me ensina que laços afetivos falam mais alto e fronteiras são apenas linhas traçadas no mapa. Amigues, amo todes vocês.

Por fim, a todes que material e emocionalmente contribuíram para a realização desta pesquisa.

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um recorte baseado na ampla diversidade de discussões teóricas acerca da construção das identidades expressadas no pensamento do mundo antigo. Entre essas identidades, jogam um papel central as noções étnico-raciais na Grécia. Traçaremos um paralelo entre distintas correntes conceituais, apontando convergências e divergências entre si. Utilizaremos sobretudo as obras bibliográficas *The Invention of Racism in Classical Antiquity* de Benjamin Isaac, *Race and Ethnicity in the Classical World* de Rebecca Futo Kennedy e *Blacks in Antiquity* de Frank M. Snowden Jr, para pensar obras filosóficas como *Histórias* de Heródoto, o tratado hipocrático *Ares, Águas e Lugares*, também os diálogos *Menêxeno* e *Político* de Platão.

## **Abstract**

The present work aims to present the wide diversity of theoretical discussions about the construction of identities expressed in the thought of the ancient world. Among these identities, ethno-racial notions play a central role in Greece. We will draw a parallel between different conceptual currents, pointing out convergences and divergences between them. We will mainly use the bibliographic works *The Invention of Racism in Classical Antiquity* by Benjamin Isaac, *Race and Ethnicity in the Classical World* by Rebecca Futo Kennedy and *Blacks in Antiquity* by Frank M. Snowden Jr, to think about philosophical works such as *Histories* of Herodotus, the Hippocratic *Treatise Airs, Waters and Places*, also Plato's *Menexenus* and *Statesman* dialogues.

## Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1: Raça e antiguidade.....	7
Capítulo 2: Os povos Aethiops.....	19
Capítulo 3: Protorracismo ou preconceito étnico?.....	31
Considerações finais.....	44
Referências bibliográficas.....	45

## Introdução

Compreendemos que as noções raciais são datadas a partir da modernidade e seus significados são múltiplos, modificados social e historicamente (MUNANGA, 2013), ou seja, não há uma definição universal e imutável (GUIMARÃES, 2012; GILROY, 2007). Portanto, neste trabalho, ao longo de três capítulos, percorremos algumas das inúmeras abordagens étnico-raciais com uma linha do tempo que se inicia desde o século XVI e alcança a antiguidade grega (BANTON, 1979; GUIMARÃES, 2015; ISAAC, 2006; MCCOSKEY 1992).

O primeiro problema a ser tratado se centraliza na possibilidade de tratarmos a questão da raça no período antigo sem cairmos no anacronismo. A abertura desse debate se concentra na obra de Martin Bernal, *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classic Civilization* (1987), suas posteriores respostas, críticas e consonâncias. Esse capítulo inicial também abordará o determinismo ambiental presente no pensamento antigo como a principal maneira de retratar atributos de grupos e coletivos relacionados a seu território ou clima. Para isso, analisaremos algumas das interpretações do tratado hipocrático *Ares, Águas e Lugares* do período V aEC (KENNEDY, 2013; ISAAC, 2012).

O capítulo seguinte apresenta um recorte acerca dos antigos Etíopes (*Aethiops*), povos de tonalidade de pele escura, o que a modernidade europeia denominará como *negros*. A ideia de África na antiguidade difere demasiadamente do pensamento contemporâneo, por exemplo, o atual espaço norte-africano seria dividido entre Lybia, Egito e Aethiopia (MUDIMBE, 1992). A partir das *Histórias* de Heródoto, compreendemos a geografia, investigamos quem eram esses grupos e qual seria sua visão em relação aos antigos gregos (ROY, 2013; SNOWDEN 1983, 1970).

Por fim, investigaremos se essas relações entre distintos grupos étnicos podem ser retratadas através de conceitos como racismo, protorracismo ou preconceito étnico. De acordo com McInerney (2014), houve o pensamento de que o racismo e raça seriam anacrônicos para a análise das antigas culturas mediterrâneas, que a sociedade grega não seria racista ou desenvolvido preconceitos étnicos (Snowden 1970, 1983; Hannaford 1996). Todavia, outros

pensadores discorreram sobre fenômenos preconceituosos ou protorracistas na Antiga Grécia (Isaac 2004; McCoskey 2006, 2012). Este último capítulo propõe um debate, não finalizado, entre essas distintas vertentes de pensamento.



## Capítulo 1:

### Raça e antiguidade

A princípio, ao tratar das noções de raça, consideramos que seu conceito não é um dado universal ou imutável, pesquisadores a tratam de diversas maneiras e atribuem distintos significados (GUIMARÃES, 2012; GILROY, 2007), construídos socialmente ao longo da história, que se modificam a partir de uma dimensão espacial e temporal (MUNANGA, 2013) – sendo, portanto, uma discussão ampla. Neste capítulo, abordaremos conceitualmente algumas destas distinções, passando desde o período moderno até o antigo.

Sua origem é datada há cerca de dois séculos a partir do racionalismo, sua etimologia advém da palavra *razza*, que por sua vez, veio do termo latino *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. No latim medieval, seu conceito passou a caracterizar descendência ou a relação derivada de um ancestral comum compartilhando características físicas. Durante os séculos XVI-XVII, a raça passa a fazer parte das relações entre classes sociais na Europa, já no XVIII é incluída a questão da cor de pele como critério de diferenciação racial e em seguida, são adicionados formato de nariz, lábios, etc. (MUNANGA, 2016).

Mendes (2012) definirá o termo como um conjunto de atributos biológicos e psicológicos que conectam uma linhagem, significando "ordem cronológica", sendo utilizado primeiramente ao reino animal e, posteriormente, no século XVI para designar as diferenças entre seres humanos (ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS, 1984). Poderia também ser utilizado para caracterizar um grupo de pessoas ou como um dos vários sinônimos de *gen* e *genus*, palavras do latim.

Banton (1998) nos afirma que durante o século XVIII, a palavra raça foi utilizada para a descendência comum de um grupo de pessoas, as características distintivas eram pré-determinadas e a categoria 'raça' utilizada para explicar alguma razão ou motivo. Enquanto, no século XIX, a raça tem seu significado novamente modificado, tornando-se um meio de classificar as pessoas através dessas características.

A partir do século XX, o conceito de raça se torna um meio de exemplificar as diferenças sociais e culturais hierarquicamente incorporadas pela expansão e

colonização europeias (GUIMARÃES, 2015). De acordo com Gilroy (1998), *raça*, como é empregada no senso comum, significando características comuns ao tipo e ascendência, seria algo recente mas absolutamente moderno.

Todavia, alguns estudiosos (ISAAC, 2006); (KENNEDY; ROY; GOLDMAN 2019); (MCCOSKEY, 1992), examinam as caracterizações fenotípicas dos povos e suas consequências políticas para além da modernidade, período em que as teorias raciais foram disseminadas. O recorte temporal deste trabalho será definido no período antigo. McCoskey (2012), por exemplo, nos apresenta a defesa de que utilizar apenas os termos de etnia ou etnicidade não são suficientes para explicar as relações entre os povos na antiguidade e defende o uso do termo *raça*. Isaac (2012) aponta cinco conceitos principais para determinar coletivos e grupos na antiguidade: o determinismo ambiental; a hereditariedade das características adquiridas; a constituição e forma de governo; autóctone e linhagem pura; e antigo imperialismo.

Entretanto, outros rejeitam e classificam como anacrônicos os estudos que tratam de *raça* e etnia na antiguidade. Hannaford (1996) nos enfatiza que: “houve uma assinalável ausência de *raça* como ideia organizadora durante o período Grego-Romano” (HANNAFORD, 1996, p. 8), assim como Thompson (1998) declara que as imagens depreciativas dos antigos perante povos de pele escura não tem relação com a compreensão moderna racial. Snowden (1970) consente com a marcação de diferentes fenótipos feitos pelos pensadores na Grécia Antiga, porém nega que sejam traços determinantes para a inferiorização ou preconceito de outros povos nesse território.

Ponderamos como questão primordial: podemos tratar de *raça*, ou mesmo de qualquer outro tema, na antiguidade sem cairmos no anacronismo? Especialistas vêm desenvolvendo um extenso debate acerca da possibilidade de nos referirmos a *raça* ou etnia na antiguidade greco-romana, que, por inúmeras vezes, não nos apresenta uma concordância ou conclusão finalizada — afinal, os conceitos foram e vêm sendo aplicados com distintas colocações que se alteram de acordo com determinados contextos históricos. Segundo Kennedy (2019), as conexões entre *raça* e etnia com o período antigo foram conscientemente apagadas ou obscurecidas.

Martin Bernal, em sua obra *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classic Civilization* (1987), defende que há um papel importante para a abertura do debate das noções étnico-raciais na antiguidade, o que também trataremos neste trabalho.

Sua tese discute as relações da Grécia com os povos africanos e fenícios, supondo estes como precursores do que em seguida seria compreendido como pensamento ocidental. O autor (1987) e sua obra foram alvos de inúmeras críticas de acadêmicos, culminando no conseqüente lançamento de uma edição em resposta: *Black Athena Revisited*, organizada por Lefkowitz, Rogers e MacLean (1996).

O autor rejeita a teoria mais reconhecida, que a origem dos helenos derive de indo-europeus da América Central, denomina como “modelo ariano”, e a concebe como uma criação da Europa moderna. Já o “modelo antigo” se refere às influências africanas e fenícias em sua construção, sendo este a versão mais comum entre os gregos no período antigo e helenístico. Conforme sua análise, a cultura grega teria surgido como decorrência da miscigenação causada pela colonização dos povos egípcios e fenícios por volta de 1500 aEC, bem como possuíam relações com pensamentos orientais. Em sua concepção, há também uma defesa da antiguidade grega como um ambiente plural e diversificado, mas apagado pelo projeto político moderno racista.

Cheikh Anta Diop (1967) em *A Origem Africana da Civilização*, com sua análise alinhada a Bernal, alega e denuncia o que considera uma falsificação europeia, pois há evidências comprovando que os povos egípcios são pessoas de pele preta. Ele identifica a influência egípcia na Grécia desde os tempos pré-históricos, afirmando que Cécrope, um mítico rei metade serpente e metade homem que os próprios atenienses consideravam nativo, saiu para a Ática do Egito, e Danaus (que os gregos reivindicam sua origem) ensinou aos gregos a agricultura e a metalurgia. A mitologia grega refletiria o ressentimento de indo-europeus contra essa dominação cultural (Lefkowitz, 1996). Diop busca resgatar para o debate acadêmico a influência do antigo pensamento africano ou oriental, vindos do Egito, nas tradições filosóficas, esquecidas ou apagadas do cânone.

Na visão de Snowden (1996), gregos e romanos, assim como os primeiros europeus, foram os primeiros a oferecer uma descrição detalhada das características físicas dos povos de pele escura, antes mesmo de qualquer outro relato antigo. Porém, os textos antigos por diversas vezes foram mal interpretados, pois os estudiosos atribuíram erroneamente à antiguidade, atitudes e conceitos raciais que derivam de visões modernas acerca dos negros (SNOWDEN, 1970). Sua extensa teoria de povos negros na antiguidade se concentra na comparação

entre os termos relacionados à pigmentação utilizados pelos greco-romanos com os equivalentes do uso moderno, como negros e pretos.

Bard (1996) nos aponta que a questão da raça para o Egito antigo não é precisa, pois esse conceito moderno seria desconhecido para esses povos. Os estrangeiros seriam identificados por região e etnicidade, mas boa parte dos antropólogos rejeitam empregar noção racial nessa análise (Trigger, 1978). De acordo com a autora, os antigos egípcios por serem povos mediterrâneos não entravam na classificação de negros saarianos ou brancos caucasianos, portanto essa discussão apagaria a diversidade cultural imigratória com territórios vizinhos que o período abrangia.

As principais críticas de Lefkowitz (1996) à análise de Bernal (1987) defendem uma falta de apresentação de evidências arqueológicas de que a Grécia havia sido colonizada pelos citados territórios, assim como seus frágeis pressupostos historiográficos. A autora (1996), crítica da abordagem afrocentrista, contra-argumenta que influência e origem são distintas, afinal o compartilhamento cultural pode acontecer e manter-se as diferenças entre os povos. Ela concorda que o Egito foi fundamental para a cultura grega, assim como outros territórios mediterrânicos, e alegou a dificuldade em determinar qual cultura se sobressai em influência.

Segundo Isaac (2012), durante o período V aEC, foi encontrada uma forma de determinismo ambiental quase universalmente aceita, apresentada pela primeira vez no tratado hipocrático *Áres, águas e lugares*, em que a recepção de características coletivas de grupos e povos são determinados pelo clima e pela geografia. Hipócrates, apresenta suas teses sobre a influência do meio ambiente nas doenças humanas e nas características dos povos de diferentes territórios. Ao elaborar acerca da Ásia e Europa, que "se diferem em todos os aspectos, e sobre a compleição dos corpos, em que se distinguem, sem que pareçam em nada entre si" (Hipócrates, XII), ele nos afirma:

Na Ásia, tudo é muito mais belo, e maior; essa região é mais dócil e os caracteres dos homens mais amenos e mais afáveis. A causa disso é a mistura das estações, porque (a Ásia) fica em meio aos levantes do Sol, voltada para a aurora, e mais além do frio. E ela apresenta crescimento e docilidade maior em todas as coisas, quando nada for predominante pela violência, mas a igualdade exercer seu poder sobre tudo. (HP. XII, Trad. de Cairus)

As características detalhadas por Hipócrates acerca dos povos e território de Phasis, um Rio da Cólquida, hoje chamado Rioni (CAIRUS, 2015), relatam a região ser pantanosa, quente, úmida e cheia de bosques, com chuvas abundantes e fortes em toda a estação, e os homens beberiam águas quentes e estagnadas. O próprio rio foi considerado pelo médico o mais estagnado de todos, sem fluidez intensa. Todos esses fatores indicariam diferença entre esse povo e os demais:

Por essas razões, os phásios têm um aspecto variado em relação aos demais seres humanos. São grandes quanto às dimensões e espessos quanto à espessura; nenhuma articulação é visível, nem qualquer vaso sangüíneo, e têm a pele amarelada, como aqueles que são tomados pela hidropisia. Têm a voz mais grave, pois não respiram o ar límpido, mas o ar austral e brumoso. E, quanto à vivacidade, o corpo é mais preguiçoso por natureza. As estações não trazem grande mudança nem para o calor sufocante, nem para o frio. (HP. XV. Trad. de Cairus)

Em seguida, sua análise passa a caracterizar aspectos morais ou de índole entre os grupos de pessoas dos continentes europeu e asiático, demonstrando uma suposta inferiorização dos povos da Ásia. O fator ambiental de seu continente os tornaria pessoas frágeis e inábeis para conflitos bélicos.

Quanto à falta de ânimo dos homens e à sua falta de coragem – porque os asiáticos são mais inaptos para a guerra do que os europeus, e mais dóceis em relação ao caráter – as estações são a principal causa, não produzindo grandes mudanças nem para o calor, nem para o frio, mas essas condições são próximas umas das outras. De fato, não ocorrem choques no espírito, nem fortes modificações no corpo. Daí seria normal que exacerbem sua ira e participem mais da irreflexão e do ímpeto do que se vivessem sempre nas mesmas condições. Pois as mudanças de todas as coisas são as que sempre despertam o espírito dos homens, sem permitir-lhes o repouso. Por essas razões, parece-me ser débil a estirpe asiática, e assim é por causa dos costumes. (HP. XVI, trad. de Cairus)

E continua narrando acerca dos gregos, bárbaros e até mesmo alguns asiáticos que vivem na Ásia, definindo-os como mais viris e aptos para a guerra, de acordo com o clima com que foram criados:

Os gregos ou bárbaros que vivem na Ásia não são despotizados, mas são autônomos e sofrem por conta própria. Eles são também os mais belicosos de todos. De fato, correm os seus próprios perigos, recebem, eles mesmos, os prêmios de sua virilidade e são, da mesma forma, castigados por sua covardia. Encontrarás também asiáticos diferentes entre si, alguns melhores, outros pusilânimes. As causas disso são as mudanças das estações. (HP. XVI, trad. de Cairus)

Essa análise de *Ares, águas e lugares* indica que os asiáticos que vivem em um clima quente do sul teriam atributos negativos, como indolentes e antipáticos, enquanto os europeus que vivem em um clima frio do norte, possuindo aspectos considerados positivos, seriam corajosos e beligerantes (HIP, XVI, trad. de Cairus). Outrossim, haveriam traços essenciais mentais e corporais, incluindo qualidades morais que não seriam biológicas, de contexto social ou individual, porém determinadas por influências naturais externas. A mesma ideia é resumida por um trecho de Isaac (2006), que cito a seguir:

Há padrões de pensamento na antiguidade que têm características em comum com as modernas formas de preconceitos raciais e grupais que justificam a aplicação do termo “protorracismo”. Dois aspectos vêm à mente: primeiro, a clara noção de que grandes grupos de seres humanos apresentam características comuns determinadas por fatores naturais, como clima e geografia. Em segundo lugar, há uma forte crença de muitos autores, tanto gregos como romanos, de que a ascendência mista é indesejável. (ISAAC, 2006, p. 255)

Kennedy (2013) nos confirma as dificuldades em analisar a Grécia Antiga racialmente, pois os gregos não compreenderiam a noção de raça, muito menos sua distinção da noção de etnia desenvolvida pelos estudiosos modernos. Raça, como a compreendemos, é um conceito nascido entre os séculos XVI a XVIII nas colônias europeias que a percebiam enquanto a diferença física e cor de pele. A ideia biológica de raça do período Pós-Iluminista sugere que a diferença humana pode ser explicada através de distintas origens, que resultam em distintos fenótipos. Já a etnia, segundo a autora, pode ser definida como a distinção na prática cultural dentro da mesma raça (KENNEDY, 2013). Em suma, tanto os modernos quanto os antigos concordam que a diferença humana está relacionada a características produzidas internamente e externamente.

A raça, propriamente dita, seria um conceito demasiado antigo e aplicado de múltiplas maneiras ao longo do tempo. Portanto, não se classificaria em concordância de como concebemos na contemporaneidade. Se a raça no período antigo não estaria vinculada com a cor da pele, poderíamos então imaginar uma categoria para definir uma condição biologicamente imaginária de populações através de suas divisões territoriais. Com um intenso interesse em compreender as diferenças humanas, possuíam diversas nomenclaturas para definir uma raça, um

grupo étnico, uma unidade política ou uma unidade social e cultural, tais como: *genos*, *ethnos*, *ethné* e *phulé* (KENNEDY, 2019).

A etnicidade grega, então, é capaz de ser definida como um conglomerado de pessoas que possuíam o mesmo modo de vida, mesmo que ainda não partilhassem do mesmo fenótipo. De acordo com Tuplin (1999), *Phulé* normalmente significa "tribo", mas os outros são usados de várias maneiras para "nações" (gregos, citas, etíopes, sírios etc.), grandes grupos subnacionais (dórios, jônios), homens ou mulheres como grupos de gênero, profissionais ou outros grupos de status (arautos, filósofos, Guardiões Platônicos, penestai) e (no caso de *genos*) todos os níveis de taxonomia biológica (Classe, Gênero, Espécie). (KENNEDY, 2019)

A análise da autora acerca de *Ares, águas e lugares*, nos indica que o meio ambiente seria o fator determinante na criação de características culturais e morais de grupos de pessoas. Em seguida, as características adquiridas através do fator ambiental tornam-se hereditárias, sendo oferecidas para as gerações seguintes. Por fim, há a ideia do uso da tecnologia para superar e alterar o meio ambiente e suas consequências. Aparentemente, há uma associação entre os estereótipos preconceituosos da contemporaneidade e os do mundo antigo, desenvolvidos por estas teorias (KENNEDY, 2019).

Desde o período antigo os filósofos gregos refletiam acerca da investigação da natureza e como se dava essa relação com o indivíduo, datando de Tales de Mileto. Conforme Isaac (2012) e Kennedy (2019), o seguinte trecho de Aristóteles, em que podemos novamente observar a influência das teorias de determinismo ambiental, no livro Quatro da *Política*, nos apresenta características de alguns povos, conectando clima e traços psicológicos dessas pessoas. Os habitantes de regiões frias seriam dotados de coragem e aptos para uma vida de liberdade, enquanto aos asiáticos lhes faltaria coragem (ISAAC, 2012).

Dissemos anteriormente qual deve ser o limite, em termos de número, da população de cidadãos; falemos agora das qualidades naturais que eles devem possuir [...] Os habitantes dos lugares frios (algumas regiões da Europa) são geralmente cheios de coragem mas um tanto deficientes em inteligência e habilidade; por isto eles se conservam relativamente livres mas carecem de organização política e de capacidade para dominar seus vizinhos. Os povos da Ásia, por outro lado, são inteligentes e habilidosos, mas carecem de coragem e por isto são permanentemente dominados e escravizados. As raças helênicas, que vivem nas regiões intermediárias, participam de ambos os caracteres, sendo ao mesmo tempo corajosas e

inteligentes; por isto elas se conservam livres e têm as melhores instituições políticas, e seriam capazes de dominar o mundo inteiro se conseguissem formar uma só comunidade política. (ARIST. Pol. 1328a. Trad. de Mario da Gama Kury).

Isaac (2012) considera que as ideias presentes nesse trecho são conceitos antigos de imperialismo e reafirma uma categoria de hierarquia social:

Aristóteles afirma que os gregos, vivendo em um ambiente perfeito, combinando as melhores qualidades de europeus e asiáticos, portanto, eram capazes de ser os mestres de toda a humanidade - um texto antigo sugerindo que Os gregos poderiam alcançar o domínio universal. Aristóteles atribui, não apenas aos indivíduos, mas a povos inteiros, um lugar inferior na sociedade alegando que são deficientes em várias maneiras e, portanto, precisam estar subordinadas a seus superiores intelectuais e morais em uma relação mestre/escravo. (ISAAC, 2012, p. 2)

Outro filósofo antigo que nos aparenta organizar grupos étnicos por meio de castas é Platão (KENNEDY, 2019). No seguinte trecho de sua obra *A República*, Sócrates e Glauco dialogam a respeito de qual maneira a cidade ideal será gerida e como se dará o convencimento para que as pessoas permaneçam dentro do sistema de classificação em que foram inseridos. Cada grupo teria nascido em raças ou classes específicas, recebendo ouro, bronze ou ferro, cada um com seu juízo de valor:

Vós sois efetivamente todos irmãos nessa cidade, mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós que eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo porque são mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. (Pl. R. 415a-b. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira)

Devendo ser separados, para que se casem apenas com aqueles que possuam os mesmos metais: “Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros.” (Pl. 415b). Sócrates também recomenda vigilância dos pais sobre o que compõe a alma dos filhos, os oferecendo aquilo que compete aos seus metais, garantindo a continuação organizacional da cidade:

E se a sua própria descendência tiver qualquer porção de bronze ou ferro, de modo algum se compadeçam, mas lhe atribuam a honra que compete à sua conformação, atirando com eles para os artífices ou os lavradores; e, se, por sua vez, nascer destes alguma criança com uma parte de ouro ou



de prata, que lhes dêem as devidas honras, elevando-os uns a guardiões, outros a auxiliares. (Pl. R. 415b. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira)

Kennedy (2019) conclui que essa passagem demonstra um interesse a fim de preservar a estratificação política, social, e poderíamos pensar também na categoria racial, desejada na sociedade ateniense. O casamento, dessa forma, fica estabelecido como uma prática de permissão exclusiva das melhores “raças” para procriação. O decorrente trecho nos exemplifica:

É preciso, de acordo com o que estabelecemos, que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o máximo de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve às alturas, e que tudo isto se faça na ignorância de todos, exceto dos próprios chefes, a fim de a grei dos guardiões estar, tanto quanto possível, isenta de dissensões. (Pl. R. 459e. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira)

As discussões apresentadas podem nos elucidar acerca da política da lei ateniense de cidadania, aprovada pelos cidadãos em conjunto com Péricles em 451/450 a.C., que impedia o casamento de estrangeiros com helenos com relevância na sociedade de castas, separando gregos e bárbaros, possuindo papel fundamental de classificação de cidadãos, isto é, aqueles que detêm poder político e social na pólis. Embora a lei propunha que somente os filhos nascidos de dois pais atenienses poderiam ser considerados cidadãos legítimos, foi revogada pelo próprio criador, que, ironicamente, teve um filho ilegítimo com uma estrangeira, impedindo-o de carregar o seu nome. Florenzano (1996) nos reitera:

Existia toda uma legislação que prescrevia quem eram as crianças que realmente viriam a ser cidadãos. No século VI aEC e até meados do V aEC, por exemplo, bastava ter o pai cidadão para que a criança fosse normalmente reconhecida. A partir de 451 aEC, para ser um cidadão de Atenas era necessário ter pai e avô materno cidadãos (as mulheres e, portanto, as mães não eram cidadãs). No final da Guerra do Peloponeso, em fins do século V aEC, devido à grande mortandade, a legislação se afrouxou um pouco, mas as restrições e regras sempre existiram. (FLORENZANO, 1996, p. 17)

A questão da cidadania, por exemplo, é um dos parâmetros para se pensar a identidade dos indivíduos atenienses. Para ser qualificado enquanto cidadão pleno, com direitos políticos, era fundamental ter como origem pais que não fossem estrangeiros/bárbaros, ou seja, não tivessem nascido em outra localização ou possuíssem outra cultura. Nesse ponto, era central o nascimento, e Lape

denominou como ancestralidade, que também não era universal — a construção da identidade era formada por diversos contextos e se demonstrou enquanto estrutura duradoura. Ela indica que enquanto essa lei se tornava mais dura, abrindo menos espaço para o reconhecimento da postulação de cidadão, as práticas de cidadania e suas amplas afirmações geraram a "cidadania racial" e conseqüentemente as práticas racistas do território.

Pode ser reconstruído a partir das evidências existentes, os critérios de nascimento para a cidadania evoluíram em três estágios — de "nascimento livre de um pai ateniense" a "nascimento livre e legítimo de um pai ateniense", para "nascimento livre e legítimo de um pai ateniense e uma mãe ateniense. (LAPE, 2010 p. 6)

Lape (2010), apesar de concordar com a falta de consenso em saber se os conceitos de raça e racismo podem ser aplicados na antiguidade, defende uma visão de cidadania racial, visto que a partir do século V, os cidadãos atenienses passam a buscar uma linguagem de nascimento e ancestralidade para poder classificar quem seria não somente considerado cidadão, mas teria plenos poderes políticos, "incluindo um amor herdado pela cidadania" (LAPE, 2010, p. 10). Todavia, raça e cidadania racial podem ser noções compreendidas de maneiras distintas:

Ressalto, entretanto, que falar da cidadania ateniense como tendo um componente racial não é argumentar ou afirmar que raça e racismo como os conhecemos hoje existiam na Atenas democrática. Os atenienses não estavam interessados em classificar toda a humanidade em raças hierarquicamente classificadas biologicamente e/ou culturalmente distintas. Eles estavam interessados em si mesmos, em delinear o corpo dos cidadãos e racionalizar quem tinha o direito de pertencer. (LAPE, 2010, p.10)

O outro motivo da escolha da expressão "cidadania racial", é descrita no seguinte trecho:

Os atenienses inicialmente não adotaram a cidadania racial para expressar idéias pré-existentes sobre sua superioridade racial ou étnica. Em vez disso, a necessidade de justificar a distribuição dos recursos, materiais e simbólicos, forneceu o ímpeto para que os cidadãos desenvolvessem e adotassem as possibilidades raciais que suas práticas de cidadania disponibilizavam. (LAPE, 2010. p.10)

Ela também tece uma separação entre identidade étnica e nacional, ambas seriam definidas a partir de uma crença em ancestralidade compartilhada, um

território específico e recorrem ao que é chamado de “ideologia do parentesco” para a determinação da identidade. Porém, enquanto as identidades étnicas estão mais ligadas com a ascendência direta, as nacionais estão ligadas ao território. A primeira lei que distinguia atenienses e não-atenienses escrita em Atenas foi aprovada por Draco em 622/1 — se tratando da pena para o assassinato injusto de um homem acusado de homicídio involuntário, a lei afirma “se alguém matar o assassino ou for responsável por sua morte, desde que ele fique longe dos mercados de fronteira, jogos e sacrifícios anfictiônicos, ele será tratado como aquele que mata um ateniense.”, Lape (2010).

Neste ponto, mesmo que a noção racial não se apresente de forma amplamente desenvolvida, a visão da autora aponta as práticas de cidadania como uma das causas e condições que sustentam a raça e racismo presentes no mundo moderno. O imaginário da cidadania racial surge na identificação de quem possui o direito de ser cidadão e opera de maneira em que os filhos já nasceriam com características dos pais, nesse caso, políticas. Para pensar o racismo, Anthony Appiah conceitua como a visão:

De que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los em um pequeno conjunto de raças, de tal forma que todos os membros dessas raças compartilham certos traços e tendências uns com os outros que eles não compartilham com membros de nenhuma outra raça. (APPIAH, 1990, p. 4-5).

No diálogo platônico *Apologia de Sócrates*, afirma se sentir obrigado a interrogar os cidadãos mais minuciosamente que os estrangeiros por causa de seu vínculo de parentesco (LAPE, 2010): “E assim farei ao mais jovem como ao mais velho que encontre, estrangeiro ou cidadão, embora de melhor grado aos cidadãos, porque me são mais próximos<sup>1</sup>.” (Pl. Ax. 30a). De acordo com Lape (2010), a ideologia ateniense promoveu um racismo extrínseco na medida em que apenas atenienses com nascimento e ascendência adequados recebiam cidadania e o direito à democracia.

A implementação da lei de Péricles não somente dificultou os critérios de cidadania, como alterou a construção da identidade ateniense. Se os cidadãos herdaram traços significativos de seus pais, o conceito de racismo alcança um paradigma quase biológico, fomentando que uma pessoa de ascendência

---

<sup>1</sup> Tradução de José Trindade Santos

estrangeira seria indesejada na organização da pólis ateniense democrática. Essa seria a evidência para considerar raça e racismo presentes no mundo grego antigo (LAPE, 2010).

O uso do termo "racialismo" para classificar a crença na herança de um grupo com determinadas características, pode ser controverso. Então, o conceito de etnia pode ser também aplicável, afinal a elaboração das identidades étnicas se ocupam em identificar características em comum que partilham os indivíduos. Embora essa declaração possa parecer um tanto quanto confusa, pois raça e etnia não são a mesma coisa, o consentimento da noção de etnicidade não nos parece ser tão vinculada com uma suposta biologia, como na raça (LAPE, 2010).

As identidades étnicas muitas vezes podem ser elaboradas a partir de uma perspectiva interna, os aspectos que se compartilham dentro de um mesmo grupo, como a identidade do cidadão ateniense. Enquanto as ideologias raciais visam a exclusão, ou seja, a relação externa entre um grupo e outro, como por exemplo a dicotomia entre cidadãos e bárbaros (LAPE, 2010).

Sociólogos buscaram diferenciar raça e grupo étnico considerando o primeiro um aspecto biológico e o último os aspectos sociais da identidade grupal. A etnia seria o conjunto de atributos pertencentes a um grupo étnico e são resultado de escolhas conscientes e socialmente incorporadas. Apesar das palavras "etnia" e "eticidade" serem derivadas do grego *ethnos* (plural *ethne*), essa palavra poderia abranger uma variedade de significados para além de "grupo étnico". Já genos, pode ser visto como a construção da identidade, ou seja, nascimento, como também com o grupo coletivo que o indivíduo está inserido ao nascer (HALL, 1997).

## Capítulo 2:

### Os povos *Aethiops*

Dentre o extenso debate acerca das noções de raça e etnia no mundo grego antigo, neste capítulo nos propomos responder a algumas perguntas centrais: quem eram, onde estavam essas pessoas de pele escura do continente africano e como se dava sua relação com os antigos gregos? De antemão, nos deparamos com algumas dificuldades em obter registros de povos que carregavam tradição oral e em lapidar os registros historiográficos e suas diversas interpretações.

Oliva (2009) nos apresenta uma visão da ideia de África presente na antiguidade bastante distinta do pensamento contemporâneo ocidental sobre o ocidente e uma das causas seria o fato dos textos antigos se referirem somente à região setentrional, tornando a centro-meridional do continente, também conhecida como África subsaariana, pouco explorada. Segundo o filólogo Mudimbe (1992), o atual espaço norte-africano seria dividido em Libya, Egito e Aethiopia:

A Libya seria a região a oeste das fronteiras do Egito e que se estenderia do litoral Mediterrânico até os limites norte das grandes e intermináveis faixas de areia do Saara. O Egito ligava-se às áreas de domínio faraônico, anterior e contemporâneo ao controle romano, e o Nilo seria seu eixo maior, sua essência definidora. A Aethiopia corresponderia à região sul do Egito. (MUDIMBE, 1992, p. 27)

Ainda acerca da localização dos povos de pele escura da antiguidade, o seguinte trecho de Heródoto marca geograficamente onde viviam esses povos, segundo ele, egípcios e etíopes habitavam uma mesma ilha. E nos afirma que após atravessar essa região em uma viagem de quarenta dias, ao pegar o barco e viajar por mais doze dias seria possível encontrar a capital de toda a Etiópia, uma grande cidade denominada Meroe (HDT. 2.29):

O país acima de Elefantina agora começa a ser habitado por etíopes: metade das pessoas da ilha são etíopes e metade egípcios. Perto da ilha há um grande lago, em cujas margens vivem nômades etíopes. Depois de atravessá-lo, chega-se à corrente do Nilo, que desemboca neste lago. (Hdt. 2.29. Trad. de A. D. Godley)

No que tange à experiência romana, “África designaria uma de suas províncias e os africanos, os afri ou africaní, seus habitantes” (MUDIMBE, 1992, p. 26). A origem desses termos refere-se apenas a uma das áreas dominadas por Roma, que corresponderia à Líbia. E a cor da pele de suas populações não seria relevante para essa caracterização, em discordância dos Aethiops do mundo grego designados de tal maneira por conta de suas peles escuras.

Senghor (2018), através de seus estudos acerca dos negros na antiguidade mediterrânea, reitera que, apesar dos romanos possuírem maior assimilação dos negros após os combaterem, a relação entre povos núbios e gregos já existia: "São, na verdade, os gregos, os primeiros em contato com os negros, desde Homero, que melhor assimilaram seus aportes fecundantes, graças à mediação egípcia" (SENGHOR, 2018, p. 348).

Ainda segundo o autor, desde Homero até os Ptolomeus, tanto na Sicília, da Grande Grécia e das colônias da África quanto da Grécia, especificamente falando, os gregos estiveram abertos aos negros, que viveram não apenas no continente africano, mas também entre os helenos, exercendo vários ofícios nas cidades. A relação entre gregos e estrangeiros nos é apresentada de maneira demasiada complexa, ao mesmo passo que com a implementação de leis a diferença entre ambos foi se expandindo, outros territórios continuaram fazendo parte da pólis ateniense (SENGHOR, 2018).

O historiador Heródoto, dentre suas inúmeras viagens, percorreu o território do Egito e escreveu acerca deste povo, tecendo comentários positivos. Afirmou que o nome dos deuses gregos derivara dos egípcios (HERÓDOTO II, 35) e não haveriam demonstrado preconceitos étnicos devido ao seu fenótipo e cor de pele, pelo contrário, declarou que os etíopes eram os mais altos e belos dos homens, grupo que mantinha relações com os egípcios, mas possuíam cultura distinta de outros povos africanos (CÂNDIDO, 2018, p. 25).

Conforme Snowden (1983), os antigos possuíam interesse na identificação detalhada de características físicas dos povos de pele escura. As características fenotípicas, localização geográfica e identidade demonstram que os gregos e romanos classificaram como etíopes vários tipos físicos de povos negros e os que habitam diferentes partes da África, fato ignorado pelos estudiosos da modernidade. Embora classificados pelos estudiosos modernos, para gregos e romanos esses

povos eram todos "etíopes", termo mais comum aplicado aos negros do sul do Egito e margens do sul do noroeste da África.

A palavra Aethiops significava literalmente uma "pessoa de rosto queimado" (SNOWDEN, 1983), uma pessoa com pigmentação de cor escura que vivia em certas regiões da África, podendo ser um reflexo de teorias ambientais que atribuíram aos etíopes características como cor e fenótipo, como a definição de seus cabelos bem enrolados ao calor intenso do sol. Todavia, eles não possuíam a mesma cor, havia gradações de tonalidade em pigmentação.

Por outro lado, quando os autores antigos chamavam atenção apenas para a cor de certos Gara Mantes e Mauri, e faziam comparações diretas ou implícitas com Etíopes, eles talvez estivessem descrevendo segmentos racialmente mistos da população: aparentemente alguns Garamantes, os classificados como etíopes, eram negróides, enquanto outros, mais leves e menos negróides, eram um amálgama de elementos etíopes e garamantianos; e certo Mauri, mais escuro que o Mauri predominantemente branco, mas não tão negros como os etíopes. (SNOWDEN, 1983, p. 7)

Heródoto se baseou em teorias ambientais para explicar o que tornava os Etíopes pessoas de pele escura, segundo ele, o motivo seria a adaptação ao forte calor característico da região. Acompanhemos o seguinte trecho em que descreve o clima presente em cada território e sua influência nos homens:

O Nilo flui de onde a neve derrete; mas flui da Líbia pelo meio da Etiópia e sai para o Egito. Como pode fluir da neve, então, visto que vem dos lugares mais quentes para terras que são na maior parte mais frias? De fato, para um homem que pode raciocinar sobre tais coisas, a principal e mais forte evidência de que é improvável que o rio flua da neve é que os ventos que sopram da Líbia e da Etiópia são quentes. Em segundo lugar, o país está sem chuva e sem gelo; mas depois que a neve cai, deve chover dentro de cinco dias; de modo que se nevasse, choveria nestas terras. E terceiro, os homens do campo são negros por causa do calor. (Hdt. 2.22. Trad. de A. D. Godley)

Esses povos, porém, tornaram-se o padrão pelo qual a antiguidade clássica mediu os povos de cor (SNOWDEN, 1970). No início do primeiro século d.C. Manilius em seu poema sobre astrologia mencionava os grupos que deveriam ser incluídos com mais frequência em um conhecido "esquema de cores" clássico: etíopes, os mais negros; índios, menos queimados de sol; Egípcios, levemente escuros; e os Mauri (mouras), cujo nome foi derivado da cor de sua pele: "Dizia-se que os indígenas visitados por Alexandre eram mais negros do que todos os outros povos, exceto os etíopes; os do sul do Ganges foi descrito como bronzeado pelo

sol, mas não tão preto quanto etíopes; os indianos do norte se assemelhavam aos egípcios.” (SNOWDEN, 1983, p. 7).

O termo Etíope (Αἰθίοψ) foi atribuído aos que possuíam certa pigmentação na pele com base em seus estudos do meio ambiente, sobretudo por consequência do calor do sol. Eram eles os povos mais escuros até então conhecidos. Os indígenas descritos na antiguidade tinham suas peles relatadas como tão ou menos escuras quanto os Etíopes<sup>2</sup>. Os nomes mais comuns aplicados para sua cor são: μέλας, que compõe μελάμβροτος e μελανόχορος; αἶθαλοῦς, χελαινός e χυάνεος também são utilizadas (Snowden, 1970).

Apesar desses povos serem conhecidos como pretos<sup>3</sup> ou escuros, foram notadas também as diferenças de pigmentações. Filóstrato constatou que quanto mais se avançava para o sul do Egito, mais os habitantes possuíam a pele escura. Já os que viviam entre o Egito e a Etiópia não eram tão escuros, porém mais negros que os egípcios. Mesmo com as observações de graduação de cor entre os Etíopes, haviam palavras para designar os mestiços. Os filhos de mãe de pele clara com pai etíope eram conhecidos como *decolor* (Snowden, 1970).

Embora a terminologia mais utilizada para classificar as pessoas de pele escura fosse Aethiops (Αἰθίοψ), Senghor (2018), nos traz outra interpretação para a expressão Aethiops, cuja etimologia seria “vermelho escuro” e não “preto”, datada desde o período pré-heleno, indicando uma relação de longo tempo com esses povos, palavra que posteriormente influenciou o pensamento grego:

“Na verdade, aethiops originalmente significa, não “negro”, mas “vermelho escuro”, como o vinho, exatamente a cor dos nativos que os gregos encontraram no país e nas ilhas que se tornariam a Grécia. Foi, portanto, a partir destes pré-helenos, que eram de fato aethiopes, que aplicaram a palavra a todos os homens com pele mais ou menos negra.” (SENGHOR, 2018, p. 355).

Segundo Mudimbe (1992), Aethiops seria o nome de um filho do deus Vulcano na mitologia greco-romana, futuramente atribuído para intitular as pessoas de pele escura com o auxílio das teorias de determinismo ambiental, em relação às condições climáticas e características fenotípicas da população da região. Sendo a Aethiopia o território de pessoas de pele escura. Em conformidade com alguns

<sup>2</sup> a mais comum para designar a cor da pele dos Etíopes foi *Μελας*, *Κελαινος* ( negro ou escuro) e *Κυανεος* (escuro)

<sup>3</sup> Apesar de alguns autores utilizarem o termo *negro* para se referir a pessoas de pele preta, utilizarei apenas as terminologias *preto* ou *escuro*.



estudiosos, a própria origem da palavra África tem como significado uma região ensolarada: “De acordo com o historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo, para além do termo latino *aprica* (ensolarado), outra possibilidade explicativa das origens da palavra África poderia ser encontrada também na expressão grega *Apriké* (isento de frio).” (OLIVA, 2008, p. 6).

Em conformidade com Oliva (2008), podemos novamente observar o pensamento da antiguidade sendo marcado pelas teorias ambientais:

"É preciso enfatizar que a obra dos pensadores da Antiguidade teria uma influência decisiva na forma de se pensar os africanos tanto no medievo europeu como no começo da era moderna. Idéias como o calor intenso e insuportável, as influências causadas pelo clima nas características físicas das sociedades e a crença que abaixo do Equador somente criaturas animais poderiam sobreviver, teriam uma participação chave nas explicações dos teólogos e geógrafos medievais e nos viajantes do início da Idade Moderna sobre o continente localizado ao sul da Europa." (OLIVA, 2008, p. 6).

Gregos e romanos tornavam o *Ater* (africano), *Indus* (indiano) e *Maurus* (mouro) como equivalentes. Possuíam também outros nomes para denotar tons de pele, tais como *Níger*, *Fuscus* e *Melas*. Como dito por Senghor (2018), “retornar a Gostynsky, é que, em toda a África do norte, a maioria da população era “moura”, mestiça de berberes e de negros.”. Contudo, não possuíam uma relação necessária com relações de escravidão ou com noções raciais presentes na modernidade: "Deve-se notar que os descendentes de uniões etíopes-brancas na segunda ou terceira geração, em muitos casos, não seriam fisicamente diferentes dos gregos e romanos e, portanto, nomes como *Aethiops*, *Níger* ou *Irás* não seriam aplicáveis. (Snowden, 1970, p. 12)."

A palavra latina *maurus*, seria derivada do grego *mauros*, e seu sentido seria "de cor escura" (SENGHOR, 2018. p. 355). Ainda sobre esse termo, o autor nos exemplifica:

Onde quer dizer que nossos antigos gregos viam como não brancos os habitantes do Magreb, ou seja, o conjunto dos países do noroeste da África, que compreende, hoje, o Marrocos, a Argélia e a Tunísia. Continuando, ainda a esse respeito, os gregos não viam como brancos os habitantes do Egito e da Líbia. Não é um acaso que Heródoto escreve, a propósito dos cólquidas, que eles são de origem egípcia 'primeiro, porque têm pele negra e cabelos crespos'. Se a palavra *maurus* terminou, sob o Império, por ser simbólico (de *aethiops*) de *niger*, nem sempre foi assim, e autores romanos, mas, sobretudo gregos, nos surpreendeu, em Marússia ou Mauritânia, 'etíopes' vivendo ao lado de 'mouros'. (SENGHOR, 2018, p. 355)

Para Petrônio, por exemplo, era impossível que um indivíduo se passasse por um etíope apenas escurecendo a pele, os traços continuariam intactos: "Um disfarce etíope completo exigiria lábios grossos, cabelos cacheados, cicatrizes (ou escarificações) na testa e pernas arqueadas" (SNOWDEN, 1970, p. 6).

De acordo com Snowden (1983), Heródoto foi o primeiro a chamar a atenção para o cabelo de etíopes africanos, seriam os "mais lanosos" de toda a humanidade, isto é, pelos compridos e crespos, como uma lã. Sua descrição firmava que "os homens daquelas regiões são negros por causa do calor" e os "etíopes da Líbia são entre todos os homens os de cabelos mais crespos" (HDT. 95, 361).

"Já em Xenófanes, o primeiro europeu conhecido por aplicar aos etíopes uma característica física diferente da cor, o nariz achatado do etíope foi objeto de comentários, sem fornecer detalhes, observou que o etíope diferia dos gregos na aparência externa." (Hdt. 361. Trad. de A. D. Godley).

Senghor (2018) em concordância com Snowden (1982), declara que os gregos utilizavam o termo *Aethiops* (os de rosto queimado) para designar o indivíduo negro, no singular e *Aethiopes*, no plural:

"Heródoto emprega a mesma palavra, *aethiopes*, no plural, para designar os negros-africanos *oulotriches* "cabelos crespos", que estavam no mesmo corpo da tropa que os árabes e os negros-asiáticos *ithytriches*, "cabelos lisos", que estavam com os indianos." (SENGHOR, 2018, p. 355)

Heródoto e suas Histórias, na perspectiva de Cândido (2018), nos permite, com análise sob uma pesquisa geográfica nas especificidades dos costumes dos gregos, citas, persas e africanos, compreender como se estabelece a relação entre gregos e bárbaros, com distintas línguas e culturas. No seguinte trecho, o historiador classifica o temperamento de povos egípcios e etíopes, considerando os últimos mais ferozes, tornando-se mais amenos a partir do momento em que possuem contato com a cultura egípcia.

Na perspectiva de Roy (2013), houveram algumas divergências acerca do entendimento do continente africano. Este havia sido chamado de Líbia nos primeiros mapas do período antigo, contudo essa denominação foi utilizada de forma inconsistente pois imaginava-se que esse território se estendia somente até a

borda do Deserto do Saara, enquanto os romanos denominavam o continente como África:

As pessoas que habitavam a Líbia, Cartago e Numídia seriam de origem fenícia, enquanto os egípcios eram uma raça própria. Os etíopes e outros povos subsaarianos também foram considerados distintos, embora gregos e romanos frequentemente representam os povos do norte da África por escrito a partir do fenício decente, mas em imagens como etíope. (ROY, 2013, p. 209)

Heródoto, dialogando com as teorias de determinismo ambiental, observa uma diferença física ou genética entre Egípcios e Persas e as descreve através da junção entre análise do meio ambiente e práticas culturais (ROY, 2013). Ao analisar os ossos dos mortos em combate bélico, nos afirma:

Eu vi uma coisa estranha no local da batalha, da qual as pessoas do país me contaram. Os ossos dos mortos em ambos os lados nesta luta estão espalhados separadamente (pois os ossos persas estão em um lugar e os egípcios em outro, onde os exércitos se posicionaram separadamente), os crânios dos persas são tão quebradiços que se você jogar não mais que um seixo os perfurará, mas os crânios egípcios são tão fortes que dificilmente um golpe de pedra os quebrará. (Hdt. 2.13. Trad. de A. D. Godley)

A causa, segundo o historiador antigo, da razão para que os povos Egípcios — com ossos fortes — tenham sido classificados como distintos dos Persas — que seriam fracos e facilmente perfuráveis — se daria pela raspagem da cabeça desde a infância, a duradoura exposição ao sol modificaria seus corpos, engrossando ou endurecendo seus crânios:

E isso, o povo disse (o que de minha parte eu prontamente acreditei), é a explicação disso: os egípcios raspam a cabeça desde a infância, e o osso engrossa pela exposição ao sol. Esta é também a razão pela qual eles não ficam calvos; pois em nenhum lugar se pode ver tão poucas cabeças carecas como no Egito. Seus crânios são fortes por esse motivo; enquanto os crânios persas são fracos porque cobrem a cabeça durante toda a vida com os chapéus de feltro (chamados tiaras) que usam. Essa é a verdade da questão. Eu vi também os crânios daqueles persas em Papremis que foram mortos com o filho de Dario, Aquemenes, por Inaros, o Líbio, e eles eram como os outros. (Hdt. 2.13. Trad. de A. D. Godley)

Kennedy (2013), também nos afirma que Heródoto foi influenciado pelas teorias climáticas. Ele relata uma anedota acerca de Ciro, o primeiro rei da Pérsia, e “correlaciona a dureza de um povo com a dureza de seu clima” (KENNEDY, 2013, p.

83). Ao ouvir planos de dominação de outras cidades, argumenta da seguinte maneira:

Ciro os ouviu e não encontrou nada para se maravilhar em seu projeto; “Vá em frente e faça isso”, disse ele; “mas se você fizer isso, esteja preparado não mais para ser governantes, mas súditos. Terras macias geram homens macios; frutos maravilhosos da terra e guerreiros valentes não crescem do mesmo solo.” (Hdt. 9.122. Trad. de A. D. Godley)

Conforme o estudo desenvolvido por Snowden (1970), os povos etíopes eram o padrão pelo qual a antiguidade determinava povos de etnia escura. A pele do etíope seria mais núbria do que quaisquer outros povos. Já os indianos seriam classificados escuros ou pretos, porém nem todos na mesma medida que os etíopes. Podemos, então, observar novamente a noção de gradação de cores étnicas em que grupos eram classificados.

Os indianos que Alexandre visitou foram considerados mais negros do que o resto da humanidade, com exceção dos etíopes, que seriam os mais escuros de todos. Os indianos ao sul do Ganges eram descritos como bronzeados pelo sol, mas também não seriam tão negros quanto os etíopes, ao passo que aqueles do norte se assemelhavam aos egípcios. Os asfodelosodes, um povo africano conquistado por um tenente de Agátocles no final do século IV a.C., foram descritos como semelhantes aos os etíopes em cores. (SNOWDEN, 1970, p. 2).

Os etíopes acima do Egito e os árabes tinham Arsames como comandante, enquanto os etíopes do leste (pois havia dois tipos deles no exército) serviam com os índios; eles não eram diferentes dos outros na aparência, apenas na fala e no cabelo: os etíopes do leste têm cabelos lisos, mas os da Líbia têm os cabelos mais lanosos de todos os homens. Esses etíopes da Ásia estavam em sua maioria armados como os indianos; mas eles usavam em suas cabeças as peles das testas dos cavalos, despojadas da cabeça com orelhas e crina; a crina lhes servia de crista, e eles usavam as orelhas dos cavalos rígidas e eretas; como escudos, eles tinham escudos de pele de quindaste. (Hdt. 7.70. Trad. de A. D. Godley)

Kennedy (2013) nos aponta que no mundo antigo, as teorias genéticas compreendem heranças físicas, em alguns casos morais e estariam ligadas com teorias culturais: “gregos e romanos acreditavam as qualidades morais das pessoas dariam origem a certos tipos de arranjo político ou social” (KENNEDY, 2013, p. 96) e estariam conectadas com as teorias ambientais, como revelaria também o texto hipocrático *Ares, Águas e Lugares*. Para exemplificar, o autor utiliza uma passagem

na qual Heródoto menciona alguns povos da Índia que se assemelhavam os etíopes em cores:

“Esses indianos que descrevi [...] são todos de pele negra, como os etíopes. Seu sêmen também, que eles ejaculam nas mulheres, não é branco como o dos outros homens, mas preto como sua pele, e se assemelha a esse respeito ao dos etíopes. Esses índios moram longe dos persas ao sul e não eram súditos do rei Dario.” (Hdt. 3.101. Trad. de A. D. Godley)

No seguinte trecho proposto, o historiador de Halicarnassus nos apresenta novamente um relato de povos de pele escura e com cabelos lanosos, considerados crespos ou cacheados. Todavia, além das características físicas, podemos observar as declarações de Heródoto acerca de seus costumes. De acordo com ele, os egípcios e etíopes desenvolveram há mais tempo do que outros povos a prática da circuncisão:

Quando me ocorreu, perguntei a ambos os povos; e os cólquidas se lembravam dos egípcios melhor do que os egípcios lembravam dos cólquidas [...] Eu mesmo adivinhei, em parte porque eles têm pele escura e cabelos lanosos; embora isso realmente não conte para nada, já que outros povos também o são; mas minha melhor prova foi que os cólquidas, egípcios e etíopes são as únicas nações que desde o início praticaram a circuncisão. (Hdt. 2.104. Trad. de A. D. Godley)

Em seguida, declara que diversas outras sociedades aprenderam este costume dos egípcios, mas dentre eles e etíopes é impossível determinar qual seria o precursor da técnica:

Os fenícios e os sírios da Palestina reconhecem que aprenderam o costume dos egípcios, os sírios dos vales do Thermodon e do Parthenius, assim como seus vizinhos, os macrones, dizem que aprenderam recentemente dos cólquidas. Estas são as únicas nações que circuncidam, e é visto que elas fazem exatamente como os egípcios. Mas quanto aos próprios egípcios e etíopes, não posso dizer qual nação aprendeu da outra; pois é evidentemente um costume muito antigo. (Hdt. 2.104. Trad. de A. D. Godley)

Para Roy (2013), o Egito foi antigo até mesmo para a Antiguidade ocidental, os Macedônios como a dinastia ptolomaica governaram o território por cerca de 300 anos após a conquista de Alexandria. Heródoto, dedicou o Livro II de suas *Histórias* para descrever em grandes detalhes o Egito (ROY, 2013) e podemos identificar suas profundas relações geográficas e culturais com a Etiópia. Em suas palavras:

“As nascentes do Nilo, que não têm fundo, nascem entre essas colinas; metade da água flui para o norte em direção ao Egito e a outra metade para o sul em direção à Etiópia.” (HDT. 2.28).

Egípcios e etíopes se reuniram para combater durante o reinado de Psammetichus, pois os egípcios estavam de guarda havia três anos, e ninguém apareceu para socorrê-los, então, organizando-se eles se revoltaram contra Psammetichus e foram para a Etiópia (HDT. 2.30). Nessa passagem, os etíopes são considerados povos bravos que tornaram-se mais brandos através do contato com os egípcios:

Chegaram, pois, à Etiópia, e entregaram-se ao rei da terra; que, para dar-lhes um presente em troca, disse-lhes para desapropriar certos etíopes com quem ele estava rivalizando e ocupar suas terras. Esses etíopes então aprenderam os costumes egípcios e tornaram-se mais brandos pela mistura com os egípcios. (Hdt. 2.30. Trad. de A. D. Godley)

Prosseguindo com a narração de *Histórias*, acerca das propriedades do espaço egípcio, podemos identificar algumas descrições ambientais, o Nilo flui do oeste e ao pôr do sol, porém além disso ninguém poderia acessar, afinal a terra é deserta por conta do calor e do sol. Já os líbios viveriam na região ao longo do mar do norte do Egito:

A Líbia se estende por toda a área, e há muitas tribos na Líbia, exceto onde os helenos e fenícios tem estabelecido. Nas áreas afastadas do mar e afastadas dos homens que vivem perto do mar, a Líbia está cheia de coisas selvagens. A área ao sul dos animais selvagens é arenosa e terrivelmente seca e vazio de tudo. (HDT. 2.35. Trad. de A. D. Godley)

Kennedy (2013) compreende que Etiópia faria parte do imaginário clássico desde Homero e seu primeiro capítulo, mas apenas após o século V aEC que tornou-se parte do mundo “real” através de viagens por meio marítimo e terreno. Nesta passagem, esses povos são tratados com outra conotação, Heródoto relata um presente enviado por Cambises para os etíopes, são relatados como os mais belos dos homens e possuem leis distintas das leis dos homens:

Esses etíopes, aqueles a quem Cambises enviou um presente, são considerados os maiores e mais belos de todos os homens. Dizem que os etíopes usam leis diferentes, distintas das leis de outros homens, e especialmente esta lei relativa à sua realeza: seus cidadãos acham que o homem adequado para ser rei é aquele que eles julgam ser o maior e ter

força para um homem de tal tamanho. O rei etíope vê através da embaixada e repreende Cambises por querer conquistar os etíopes. Ele então examina os presentes. (Hdt. 2.35. Trad. de A. D. Godley)

Diodoro, em *A biblioteca da História*, se debruça acerca da Etiópia, concorda que muitos costumes etíopes diferem dos costumes de todos os outros, mas especialmente daqueles envolvidos na escolha dos reis. Os sacerdotes fazem uma avaliação para encontrar o melhor homem, que é carregado por uma multidão em um desfile. Porém, o que o autor considerou mais inesperado foi a questão da morte. Os sacerdotes, em nome dos deuses, enviavam um mensageiro ao rei, ordenando que a realeza então morresse. (D.S 3.1-3.6).

Haveriam diversos tipos de etíopes, alguns habitavam as margens do Nilo em ambos os lados e nas ilhas do rio, outros moravam na terra que faz fronteira com a Arábia e outros moravam no interior da Líbia. A maioria, e principalmente os ribeirinhos, possuíam pele de cor negra, com nariz achatado e cabelos lanosos. Descreve seu temperamento como selvagens. Seus corpos seriam esqueléticos, com longas e curvilíneas unhas, vozes estridentes e costumes que não se parecem com os de outros povos. (D.S. 3.8)

Ponderando a respeito da questão climática etíope, podemos recorrer à passagem de Ctésias em *Índica* em que Arrian descreve uma comparação entre Índia e Etiópia, defendendo que ambas são terras semelhantes (KENNEDY, 2013):

Não é improvável que lá chova como na Índia, uma vez que a terra indiana não é diferente da terra etíope e os rios indianos, semelhantes ao Nilo Etíope e Egípcio, têm crocodilos. Nelas existem peixes e outros animais aquáticos como o Nilo tem, exceto para o hipopótamo, e Onesicrito diz que eles têm até hipopótamos. (ARR. Ind. 6.8. Trad. de P. A. Brunt)

A similitude entre os dois territórios poderia justificar também a aparência entre seus indivíduos. Também há a defesa de que possuem aparência física em paridade. Argumento que pode ser comparado com o de Heródoto (HDT. 3.101) que também observa similaridades entre indianos e etíopes:

A aparência de homens indianos e etíopes não difere muito. Os indianos do sul são especialmente como os etíopes em sua pele negra e cabelos negros, exceto que eles não são tão nariz achatado ou cabelos cacheados como os etíopes. Os indianos do norte são especialmente parecidos com os egípcios em sua aparência física. (ARR. Ind. 6.8. Trad. de P. A. Brunt)

A partir do debate exposto, pretendemos indagar se o pensamento grego antigo acerca de povos de distintas línguas, etnias e culturas pode ser qualificado enquanto proto-racismo ou preconceito étnico. Para tal, discorreremos no próximo capítulo algumas das noções de etnia ao longo da história ocidental.



### Capítulo 3:

#### Protorracismo ou preconceito étnico?

Existe um consenso entre estudiosos de que o racismo foi originado no século XIX, mais precisamente o racismo científico, originado de teorias evolucionistas (MUNANGA, 2013). Segundo McInerney (2014), durante muito tempo permaneceu o pensamento de que o racismo seria um fenômeno anacrônico e que a raça não seria uma categoria útil na análise das antigas culturas mediterrâneas, ou, mais simplesmente, que a sociedade grega e romana não era racista (Snowden 1970, 1983; Hannaford 1996). Porém, mais recentemente, outros defendem uma visão antagônica (Isaac 2004; McCoskey 2006, 2012). Neste capítulo, pretendemos investigar os fenômenos de preconceitos na Grécia Antiga e a possibilidade de denominá-los enquanto protorracismo ou racismo.

Acerca da noção de raça, podemos considerar que esta se daria no campo morfo-biológico, enquanto de etnia, sócio-cultural, histórico e biológico. Isso significa que os grupos raciais negros, brancos ou amarelos poderiam conter diversas etnias. Em sua perspectiva a etnia não seria algo estático ou imutável, mas possui diversas definições ao longo do tempo e no espaço. Historicamente, as etnias nascem e desaparecem, portanto, não seria equivocado tratarmos de novas etnias (MUNANGA, 1988). O antropólogo conceitua sua ideia da seguinte maneira:

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. (MUNANGA, p. 12, 2003)

Viana (2006) reitera que na atualidade é comum considerar raça e etnia como equivalentes e podem ser confundidos com outros termos, tais como casta, nação, classe, etc. Podemos considerar que raça atua na esfera do fenótipo: cor de pele, forma de cabelo, características faciais, enquanto a etnia pode ter duas concepções: a primordial e a situacional. A primeira defende a ligação de quem nasce em determinada comunidade, fala determinada língua e segue determinadas práticas. Já a segunda retrata etnia como “recurso útil”, seria utilizada para

reivindicar interesses, e em contrapartida, outros grupos podem utilizar desse argumento para negar direitos (REX, 1988).

O autor defende a definição de etnia como menos problemática quanto a de raça, que remeteria de maneira superficial as diferenças físicas no interior da espécie humana, somado ao processo histórico que gerou uma intensa miscigenação (VIANA, 2006). Segundo ele, as diferenças raciais, dizem respeito somente a diferenças fenotípicas e não proporcionam nem superioridade nem inferioridade. Logo, qualquer tese que remeta a alguma forma de superioridade racial é destituída de qualquer valor teórico, sendo apenas uma ideologia racista.

Poutingnat e Streiff-Fenart (1998) apresentam seis concepções para etnicidade. O conceito como dado primordial seria baseado na herança cultural transmitida pelos antepassados. A segunda seria a extensão do parentesco, relacionada à sociobiologia. A terceira seriam as concepções instrumentalistas e mobilizacionistas: os indivíduos formariam grupos étnicos para alcançar objetivos. A quarta se daria no espectro da economia, as divisões étnicas e raciais desenvolveriam funções no capitalismo, determinante para definir a força de trabalho mais barata na sociedade de classes. Já a quinta, neoculturalista, em que a etnia seria um sistema cultural ou simbólico tratada a partir da alteridade, a divisão entre Nós e Outros. A sexta e última seria a interacionista, um processo de separação entre grupos nas interações sociais.

O conceito primordialista de etnia apresenta-se como o compartilhamento de mesma linguagem, tradição cultural-histórica e consciência coletiva de pertencimento à uma comunidade. Será considerado por Viana (2006) como demasiadamente restrita e a-histórica e trabalhará com a ideia da seguinte forma:

Uma etnia é uma coletividade (sociedade ou comunidade) de indivíduos que são (ou se originaram) de um mesmo território e que possuem, também, uma unidade e homogeneidade cultural (mesma língua, religião, crenças em geral, valores, etc.) e uma identidade coletiva de pertencimento a esta etnia. (VIANA, 2006, p. 18)

Cardoso (2002), defende que a seguinte passagem de Heródoto possa ter sido a mais explícita autodefinição étnica dos gregos:

E em seguida a semelhança de todos os gregos em sangue e fala, e os santuários dos deuses e os sacrifícios que temos em comum, e a

semelhança de nosso modo de vida, a todos os quais não caberia aos atenienses serem falsos. (Hdt. 8. 144. Trad. de Pierre Henri Larcher)

Segundo Cardoso (2002), esse trecho diz respeito a um diálogo entre representantes da pólis ateniense e os representantes lacedemônios enviados a Atenas. Incita uma vingança contra a destruição - causada pelos povos persas - de santuários dedicados aos deuses gregos. E ilustra que no século V aEC, antigos gregos, em suas palavras: “tinham uma autoconsciência étnica baseada na percepção do que chamaríamos de elementos culturais comuns, além de dependerem de um mito de origem que permitia pensar estarem todos os helenos unidos pelo sangue” (CARDOSO, 2002, p. 2).

O autor (CARDOSO 2002) recorre novamente a uma passagem de Heródoto, em outro discurso também denominado como artifício retórico, do conselheiro persa Mardônio direcionado ao seu imperador Xerxes, tratando da relação de guerra entre helenos e outros povos:

Conheço bem as forças dos Gregos; já as experimentei quando marchei contra eles por ordem de vosso pai. Penetrei na Macedônia, e pouco faltou para que eu chegasse até Atenas, sem que tivesse encontrado resistência. A ignorância e a estupidez dos Gregos não lhes permitem, ordinariamente, agir com prudência na guerra. (Hdt. 7. 9. Trad. de Pierre Henri Larcher)

Logo após a constatação da atitude implacável dos gregos contra seus inimigos bélicos, reitera esse costume como insensato:

Eles sempre escolhem, como campo de batalha, a planície mais nua e mais extensa. Assim, vencedores e vencidos sofrem as mais pesadas perdas. Quanto à sua maneira de tratar os vencidos, confesso que a ignoro. (Hdt. 7. 9. Trad. de Pierre Henri Larcher)

O argumento de Mardônio além de criticar a prática de guerra grega, seria que ele, enquanto general, havia conseguido avançar até a Macedônia em 492 aEC, sem ataques gregos. Todavia, o conselheiro nota que por mais que apresentassem unidade cultural, no caso, ligação linguística, os gregos combatiam entre si. O que nos faria questionar se de fato existia uma unidade étnica efetiva na Grécia (CARDOSO, 2012).

Uma vez que todos os Gregos falam a mesma língua, não deviam resolver as pendências que surgem entre eles por intermédio de arautos e embaixadores, não deviam experimentar outros meios, antes de chegarem às vias de fato? E se se torna necessário resolvê-las pelas armas, não deviam escolher um terreno mais propício à defesa para uns e para outros? (Hdt. 7. 9. Trad. de Pierre Henri Larcher)

Segundo Cardoso (2012) a autopercepção étnica, somada à noção de um etnônimo comum e a percepção de outros grupos como membros de comunidades distintas seriam elementos fundamentais do conceito antropológico e histórico de etnia. Hall (1997), tratando da questão da etnicidade grega, denominou o fenômeno como “eticidade embutida”, em que um indivíduo poderia ser inserido em mais de um grupo étnico:

O que temos na antiguidade grega é o que às vezes se chamou de “eticidade embutida”, no contexto da qual um cidadão de uma cidade como Esparta podia identificar-se não somente com uma etnicidade dória como também uma etnicidade grega que continha subdivisões étnicas do tipo dos dórios e eólios. (HALL, 1997, p. 8)

Podemos afirmar que etnia é também conhecida como a categoria em que grupos se identificam autonomamente baseada em uma ideia de compartilhamento histórico, ancestral, cultural. Ela enquanto ascendência comum é aproximada da noção de raça, segundo Poutignat e Streiff-Fernart (1998, p. 86): "A etnicidade refere-se a um conjunto de atributos ou de traços tais como a língua, a religião, os costumes, o que a aproxima da noção de cultura, ou à ascendência comum presumida dos membros, o que a torna próxima da noção de raça". Para outros, pode estar ligada a sentimentos de pertencimento ou de um sistema cultural compreendido como um aspecto de interação (Lessa & Nogueira, 2018, p. 69).

A etnicidade grega, então, pode também ser definida como um conglomerado de pessoas que possuíam o mesmo modo de vida, ainda que não partilham do mesmo fenótipo. Por outro lado, a compreensão de uma etnicidade grega pode ter se derivado exclusivamente da palavra *éthnos*, contudo, a ela foram designados diversos sentidos. A. Bailly (2000), por exemplo, a traduz como "povo, nação, raça", Liddell & Scott (1992), por sua vez, incorporam o significado de "número de pessoas vivendo juntas", já Chantraine (1983) compreende o termo como "pessoa bárbara, estrangeira, ou estrangeira ao gênos, família (Lessa & Nogueira, 2018, p. 69).

Hall (1997) elabora uma objeção que consiste na perspectiva de que se etnia é um conceito moderno, não poderia ser aplicada ao passado, afinal os gregos não possuíam um termo equivalente, sendo seu uso, portanto, anacrônico. *Éthnos*, nessa análise, diz respeito a uma classe de seres, podendo ser humanos ou animais, que possuem algo que os unifique, isto é, a mesma identificação. As palavras mais próximas deste conceito seriam *genós*, que significa nascimento, e *syngeneia*, parentesco (Aldrovandi, 2010). A noção de etnia nos aparece relacionada à ascendência.

A noção de cidadania se apresenta novamente através da ascendência, o principal determinante de garantia de pertencimento do indivíduo na pólis. Em um mundo marcado pela dicotomia entre gregos e bárbaros, o seguinte trecho derivado do diálogo *Político* de Platão exemplifica como eram constituídas as diferenças sociais entre gregos e bárbaros. O protagonista, não possui seu nome em evidência, sua principal particularidade é ser um estrangeiro, atributo que aparenta dispor a relevância máxima no contexto.

Esse indivíduo apresenta uma crítica ao modelo de sociedade ateniense, com um modelo de pólis que mantinha regras rígidas para reconhecer seus

cidadãos, centralizando sua identidade em detrimento de outras e unificando os distintos povos de maneira não apenas generalizada - dado que, possuíam distintas culturas, não falavam a mesma língua, nem possuíam os mesmos costumes - como moralizante, por serem alheios aos princípios helênicos, à eles era concedido o lugar da inimizade.

Isto é, separando-a como se o gênero helênico constituísse uma unidade distinta das demais e dando a estas o nome comum de "bárbaros"; supondo que por causa dessa denominação coletiva formem também uma unidade, quando de fato são numerosíssimas, distintas entre si e de linguagens bem diferentes. (Pl. *Pol.* 262 d-e. Trad. Carmen Isabel Leal Soares)

Aos bárbaros era relegada uma designação exclusiva, ação que pode ser interpretada com o julgamento de que se tratavam de única raça. Buarque (2018), nos atenta para a diferenciação entre "não-helenos", que se trata de tudo aquilo que não é grego, e "bárbaros", que acompanha um significante preciso. O termo nasce através de uma conotação pejorativa, estudiosos nos afirmam que ela deriva de uma onomatopéia relacionada ao balbuciar de palavras incompreensíveis: *bar, bar, bar*. Indicador de um frágil desenvolvimento cultural e linguístico, incapaz de compreensão ou interpretação. A distinção entre gregos e estrangeiro foi, a princípio, meramente linguística, mas se impôs na Grécia a partir das guerras médicas.

De acordo com Buarque (2018), esse argumento carrega um problema lógico, se damos um único nome a um conjunto heterogêneo, e esse nome nos leva a negligenciar essa heterogeneidade, enganando-nos acerca dessa unidade, no caso, de tudo aquilo que não é heleno. Se utilizarmos "i-heleno", compreenderemos que trata-se daquilo que não é grego, porém, ao escolher o termo "bárbaro", há em si um significado preciso. A autora reitera que no imaginário grego:

Não nos importa se essas palavras pertencem a um sem-número de línguas distintas entre si. Importa apenas que eu, heleno, não as compreendo. E porque não as entendo - porque não me comunico com seus falantes -, designo a todos por um mesmo rótulo. É claro, ademais, que não compreender uma língua vale por não compreender hábitos, cultura, costumes, normas, etc. É evidente ainda que essa falta de compreensão de hábitos e normas desliza muito rápida e automaticamente para a identificação de uma cultura como inculta, não civilizada, em suma, bárbara. (BUARQUE, 2018, p. 86)

Alguns especialistas defendem que o sentimento de "helenidade" surgiu após a invasão dos persas e sua derrota na Grécia em 480-479 aEC. O termo "bárbaro" - tanto o adjetivo quanto o substantivo -, havia sido registrada apenas antes da invasão persa e após entraria em uso não apenas para designar os persas, mas qualquer outro grupo de indivíduos que não fossem gregos, sem diferenciação (HALL, 2001).

A palavra "estrangeiro" contém a raiz grega *xenos* e seu enunciado exprime o desprezo e o estranhamento que suscita aquilo que se considera estranho, alheio, bárbaro, indesejável, embora algumas vezes o estranho possa ser amado e admirado. Essa diferença desperta desconfiança e agressividade (CEREIJIDO, 2008).

Uma das principais ideias de *barbarós* consiste em pessoas não-gregas com atitudes que não condizem com o ideal helênico. Nesse caso há uma concepção de não pertencimento, esse outro sendo um corpo indesejado. A partir do século V a.C., esse termo se transforma em uma espécie de adjetivo, "nomeando os participantes do que os gregos chamariam de *hybris*, descontrole, excesso, características contrastantes com o comedimento, o *sophrosyne* traço característico do grego" (Silva, 2011, p. 1).

Ao analisar essa passagem, podemos identificar a constatação do poder político que carrega as palavras que designamos categorias étnicas e sociais (BUARQUE, 2018). Podemos, então, observar uma autodeterminação étnica que desqualifica os não pertencentes. Na continuação da passagem, o estrangeiro tece comentários sobre a distinção entre "espécie" e "parte":

A mim pareceu-me que, ao tomares uma parte, pensavas que o que deixavas do todo correspondia a uma espécie única, porque usavas o mesmo nome para todos – animais. Mas, meu valente amigo, se existir outro animal racional (*phrónimos*) – como parece ser o grou ou outro desse tipo – talvez ele, tal como tu fazes, distinga igualmente as coisas pelos nomes, pelo que contraporá a espécie dos grou à dos restantes animais e, com isso, ter-se-ia em grande conta. Quanto aos outros, considerava-os em conjunto com os homens, não podendo, de igual modo, chamar-lhes outro nome senão 'animais'. Vamos, por conseguinte, tentar guardar-nos desse género de erro. (Pl. Pol. 263d-e. Trad. Carmen Isabel Leal Soares)

A autora nos apresenta que o estrangeiro, ao utilizar o exemplo do grou que se distingue de outros animais "não deixa de insinuar que o etnocentrismo revelado

pela divisão da humanidade entre gregos e bárbaros corresponde não apenas a um problema de lógica, mas a uma arrogante ingenuidade” (BUARQUE, 2018, p. 87).

No *Menéxeno*, outro diálogo platônico, é possível notar outro exemplo em que podemos observar diante a fala de Sócrates as políticas de inimizade contra os estrangeiros citadas, em que demonstra sua ojeriza aos povos que não possuem a pureza de sangue, ou melhor, a legitimidade cidadã dos atenienses, que são os estrangeiros e até mesmo gregos de outros territórios:

"Assim consolidada e segura é a nobreza e a liberdade de nossa cidade, e por natureza hostil aos bárbaros, [d] porque somos helenos genuínos e não mestiços. Pois não convivem conosco nem descendentes de Pélops nem de Cadmo, nem egípcios nem dânaos, nem tantos outros que são por natureza bárbaros, embora helenos por lei; pelo contrário, nós mesmos, helenos, convivemos sem nos misturarmos com os bárbaros, de onde se enraíza um ódio puro à natureza estrangeira." (Pl. *Mx.* 245 c6-d6. Trad. de Bruna Camara).

Apesar deste trecho ser utilizado por alguns estudiosos para defender o racismo antigo, Neto (2020) revela a complexidade presente neste contexto, afinal este argumento pode ser interpretado como irônico. Em outro trecho, que corresponde a *Mx.* 235c, Menéxeno diz a Sócrates que "tu estás sempre a zombar dos oradores" (*Mx.* 235c). Essa retórica, na realidade, pode indicar uma crítica à xenofobia ou preconceito cultural ao invés de defesa.

Em contrapartida, outros estudiosos argumentam que entre a população ateniense viviam estrangeiros residentes ou de origem bárbara em condições nada favoráveis, fornecendo mão de obra precarizada, enquanto gregos tinham estatuto social superior, com as melhores atividades lucrativas, educação, etc. A participação política direta é precisa e não cômica. O perigo que representavam os bárbaros para os helenos despertaria o sentimento de coletivo, determinado por uma unidade de raça e língua, conferindo o estatuto de irmãos (SCHIAPPA, 2012, p. 189).

De acordo com Hall (1989), Heródoto, ao relembrar eventos do período de 480-79, via a guerra entre os gregos e os persas como mais do que apenas um dos muitos conflitos entre inimigos políticos, mas principalmente uma guerra entre liberdade e tirania. Não foi uma luta pela independência política, mas a respeito dos valores com consequências para aquele tempo. Só derrotando a Pérsia, que, poderia a Grécia se tornar independente e assim tornar possível seu



desenvolvimento. Admite-se então que os dois lados nessas guerras representam pólos opostos.

As batalhas das guerras contra a Pérsia foram assimiladas à arquétipos míticos [...], e começou a aparecer ao lado deles na arte de Atenas do século V como símbolos da vitória da democracia, da razão e da cultura grega sobre a tirania, irracionalidade e a barbárie. (HALL, 1989, p.102)

Isaac (2014, 2012), McCoskey (2006, 2012), nos reiteram que o período pré-moderno possuía preconceitos étnicos ou culturais. Isaac argumenta que os primeiros indícios de racismo, denominados proto-racismo, já se mostravam presentes desde Grécia e Roma antigas e se mostram essenciais para o desenvolvimento do racismo moderno que conhecemos (Isaac, 2012, p.1).

Na Antiguidade, como nos tempos modernos, encontramos constantemente as suposições inquestionáveis que é possível e razoável nos referirmos a povos inteiros como se fossem um coletivo Individual. Os meios conceituais empregados para este fim se encaixam nas características essenciais do pensamento racista pré-moderno. Já que o racismo é sempre uma tentativa de racionalizar preconceitos irracionais, os conceitos desenvolvidos para esse fim variam ao longo do tempo, mas podem ser remetidos até à Antiguidade Clássica. (ISAAC, 2012, p. 2)

Isaac (2012), não apenas concorda que existiram formas de racismo na Antiguidade como o define tendo características essencialistas, em que os atributos de um indivíduo eram considerados típicos de todo o grupo; a crença de que essas características seriam partilhadas através das seguintes gerações; um indivíduo poderia pertencer exclusivamente a uma raça; essas características essenciais jamais poderiam ser alteradas e por fim, a crença de correlação entre traços físicos, intelectuais e morais. Na sua visão, o ódio e o preconceito étnico tendem a ser sobretudo ligados à emoção, enquanto o racismo pretende ser racional.

Ele concorda que não há nenhum termo na língua grega ou no latim para “racismo”, “preconceito”, ou “discriminação”. E concorda com a seguinte definição de racismo que não é guiada pelo determinismo biológico e pode abarcar experiências pré-modernas:

Uma atitude em relação a indivíduos e grupos de povos que postula uma conexão direta e linear entre qualidades físicas e mentais. Atribui, portanto, àqueles indivíduos e grupos de povos traços coletivos, físicos, mentais e morais, que são constantes e inalteráveis pela ação humana, porque são

causadas por hereditariedade fatores, e/ou influências externas, como clima ou geografia. (ISAAC, 2012, p. 1)

O autor também se baseia no sociólogo Michael Banton (1967), para definir racismo da seguinte maneira:

Por racismo entende-se a doutrina de que o comportamento de um homem é determinado por caracteres herdados estáveis derivados de linhagens raciais distintas com características distintas atributos e geralmente considerados como estando um para o outro em relações de superioridade e inferioridade. (ISAAC, 2012, p. 2)

Fredrickson (2002), argumenta que o racismo e o protorracismo estavam ausentes do mundo grego clássico porque os gregos tendiam a atribuir às diferenças humanas a fatores ambientais e não à hereditariedade. Enquanto Isaac (2012) defende que o racismo da antiguidade não se apresenta enquanto um determinismo biológico como na modernidade. No entanto, existiram formas de racismo na literatura que foram incorporadas socialmente e tornaram-se altamente influentes em períodos posteriores. No mundo greco-romano havia relações controversas com as pessoas do continente africano de pele escura. Snowden (1970) afirma que eles viveram não apenas na África subegípcia, mas também em diversas outras partes da Grécia e Roma antigas, que por sua vez, consideravam importante a cor de pele como marcador de diferença entre povos. Sem ignorar outras características físicas, seria esta, portanto, uma marca distintiva (Snowden, 1970).

Snowden (1991) nos alerta que um atributo importante consiste na especificação de atitudes e conceitos equivocados que derivam de visões modernas sobre os negros. Isto é, não podemos pensar que o imaginário do que seria o negro de um período possa ser equivalente àquela de outro, exigindo que uma construção histórica siga padrões extrínsecos, sendo, portanto, anacrônico. Podemos até elaborar como questionamento de se é possível chamar povos antigos de pele escura, como é o caso do Aethiops, de negros ou pretos, termos dos quais possuem origem na modernidade, então sequer foram utilizados pelos antigos gregos como modelo classificatório de outros povos.

Alguns estudiosos evitaram os termos “preto” e “negro” nas discussões sobre os negros africanos do mundo antigo. Ao descrever os prisioneiros [...], aparecendo em um mosaico do primeiro século D.C., Desanges afirma

que as figuras são particularmente escuras e apresentam feições negróides, embora não sejam negros. (SNOWDEN, 1991, p. 7)

Munanga (2013), em uma perspectiva de leitura racial brasileira nos afirma que enquanto o racismo clássico se alimenta da noção de raça, o racismo novo se alimenta da noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constituiria um lexical mais aceitável nos dias atuais que a raça:

Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. (MUNANGA, 2013, p. 12-13)

Segundo o antropólogo (MUNANGA 2013), o racismo geralmente é abordado a partir da raça e seria uma ideologia essencialista que divide a humanidade em largos grupos a partir de características físicas hereditárias em comum, que, por sua vez, são suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas, situadas em uma crença de raças naturalmente hierarquizadas. De acordo com o autor:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2013, p. 8)

Lape (2010) afirma que embora as leis relativas à cidadania nitidamente não contam toda a história, porém estabeleceram os parâmetros dentro dos quais a identidade cidadã poderia ser pensada, conceituada e vivida. A narrativa de cidadania racial surgiria mais nitidamente quando um cidadão seria acusado de não ter ascendência grega e ter direitos reduzidos na sociedade. Os cidadãos adotados também possuíam restrições sociais, dessa forma, os atenienses garantiram que indivíduos sem ascendência ateniense não realizavam rituais religiosos importantes ou detinham altos cargos. Lape (2010), ao tratar da distinção entre filhos adotivos e naturais, afirma:

De fato, a adoção foi necessária para garantir a reprodução do que chamei em outro lugar a “forma de família democrática”, na medida em que permitia a transmissão de legitimidade, bem como propriedades nos casos em que não havia filhos legítimos ou apenas filhos bastardos. No entanto, apesar da importância ideológica da adoção na reprodução da família ateniense, o parentesco percebido como tendo raízes no sangue (genos) e não apenas na lei, foi claramente preferido. Isso ajuda a explicar a tendência dos júris atenienses de privilegiar as reivindicações dos parentes consanguíneos sobre as dos filhos adotivos. (LAPE, 2010, p. 251)

Ainda segundo a autora, esse uso do pensamento de parentesco para problematizar as lealdades dos cidadãos naturalizados (assim como para construir a obrigação dos cidadãos naturais) é indicativo do que Appiah (1990) chama de racismo intrínseco, uma forma de pensamento que privilegia a ideia de raça ou “família” compartilhada como base para tratamento preferencial. Já o racismo extrínseco, em que a discriminação é dirigida a membros de um grupo racial distinto. O argumento de Lape (2010) consiste que o racismo e racialismo estão juntos na sociedade ateniense quando um grupo com traços herdados recebem relevância política ou moral ou quando membros do mesmo grupo familiar são tratados com favoritismo baseado na ascendência.

O racismo intrínseco estaria mais presente em Atenas ao pensarmos nos modelos de família e parentesco subjacentes à política ateniense e ao discurso político. Por exemplo, quando Sócrates afirma se sentir obrigado a interrogar seus concidadãos mais minuciosamente do que os estrangeiros por causa de seu vínculo de parentesco (Pl. Ax. 30a).

Em contraposição, o racismo extrínseco foi fomentado na medida em que apenas atenienses com o nascimento e a ascendência apropriados seriam dignos de compartilhar a democracia cidadania e seus privilégios: “os cidadãos foram pensados para herdar o amor e lealdade para com a polis, piedade para com seus deuses e um compromisso com sua forma democrática distinta de governo” (LAPE, 2010, p. 33). Essa crença gerou a noção de que um indivíduo com ascendência estrangeira seria um bárbaro, hostil ao culto e às práticas políticas da democracia (LAPE, 2010).

De acordo com Lape (2010), Fredrickson (2002) parte de uma argumentação generalizada ao concluir que o racismo e o protorracismo estavam ausentes do mundo grego clássico porque os gregos tendiam a atribuir às diferenças humanas a fatores ambientais e não à hereditariedade. Afinal, o tratado hipocrático Ares, Águas e Lugares, trata características étnicas como hereditárias, mesmo que sejam

inicialmente formadas pelo clima e prática cultural. E nem todos os gregos atribuíram a diversidade humana em fatores ecológicos, os atenienses compreendiam a cidadania como derivada de nascimento, ancestralidade e hereditariedade.

Podemos considerar que os gregos possuíam interesse em compreender as diferenças humanas (KENNEDY, 2013), enquanto compreendiam a si como um grupo étnico distinto dos demais, que, após a invasão persa, foram chamados em bloco com o apelido de bárbaros (HALL, 1989). Através das teorias ambientais classificaram outros povos de acordo com seu fator ambiental e climático. Esta classificação foi interpretada por alguns estudiosos como protorracismo ou racismo (ISAAC, 2012; KENNEDY, 2013). Enquanto outros pensadores contemporâneos consideraram os helenos como comunidade aberta a outras culturas, apesar das divergências (FREDRICKSON, 2002; SNOWDEN, 1970). Por fim, as leis de cidadania, institucionalizaram quem pertenceria à cidade e serviram de apoio para subjugar os estrangeiros, indivíduos que partilhavam de outros atributos étnicos, como fenótipo, linguagem e práticas culturais (LAPE, 2010).

## Considerações finais

O presente trabalho teve a intenção de investigar as noções étnico-raciais na Grécia antiga e as relações de outros povos, por várias vezes considerados bárbaros por não partilharem de linguagem, cultura ou práticas atenienses. A respeito da raça, dentre suas tantas definições, observamos que esta se apresenta no campo morfo-biológico, enquanto a etnia nos aparenta estar mais atrelada ao contexto sócio-cultural, histórico e biológico (MUNANGA, 1988).

Utilizamos a obra *Histórias*, de Heródoto, para retratar a visão de alguns antigos acerca de outros grupos étnicos, que foram classificados a partir de suas características ambientais e culturais. Observamos que uma das interpretações do tratado hipocrático afirmava que os asiáticos que vivem em um clima quente do sul foram considerados indolentes e antipáticos, enquanto os europeus que viviam em um clima frio, possuíam aspectos positivos, como corajosos e beligerantes (ISAAC, 2012).

Era conhecido que antigos gregos possuíam práticas e pensamentos baseados em etnocentrismo ou *helenocentrismo* (BUARQUE, 2013). Isaac (2014, 2012) e McCoskey (2006, 2012), concluíram que, para além disso, o período antigo possuía preconceitos étnicos ou culturais. Os primeiros indícios de racismo, denominados proto-racismo, já se mostravam presentes desde o momento em que os helenos delimitaram atributos negativos para grupos inteiros de maneira generalizada (ISAAC, 2012).

Fredrickson (2002) argumenta que o racismo ou protorracismo estariam ausentes do período antigo pois as diferenças humanas foram ligadas ao fator ambiental ao invés de hereditariedade. Snowden (1970) nos afirma que os helenos estavam abertos a outras culturas, apesar de algumas divergências, seria uma relação contraditória, não baseada em ódio racial todavia. Enquanto Lape (2010), declara que a lei de cidadania ateniense foi crucial para criminalizar quem possuiria direitos políticos na pólis.

Após o debate exposto, é possível notar que essa é uma discussão com demasiadas divergências que ainda permanecem em aberto, visto que as próprias noções de raça e etnia possuem diversas interpretações, somadas às complexidades de analisar outro período sem cairmos em anacronismo.

### Referências bibliográficas

- ALDROVANDI, C. E. V. . Etnicidade, helenicidade e alteridade: apontamentos sobre a visão do outro e de si mesmo no mundo antigo. S.P., Labeca – MAE/USP, 2009. Disponível em:  
<[http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/aldrovandi\\_etnicidade\\_helenicidade.pdf](http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/aldrovandi_etnicidade_helenicidade.pdf)>
- APPIAH, K. A. In David Goldberg (ed.), *Anatomy of Racism*. University of Minnesota Press. pp. 3-17, 1990.
- BANTON, Michael. *Racial Theories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BARD, K. A. *From Farmers to Pharaohs, mortuary evidence fo r the rise o f complex society in Egypt*. Oxford, Sheffield Academic Press, 1994.
- BERNAL, M. *Black Athena Writes Back*. Duck University Press. Durham & London, 2001.
- BUARQUE, L. Gregos e bárbaros no Político de Platão. *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, 24-1: 82-93, 2018.
- CÂMARA, B. *Menêxeno de Platão: tradução, notas e estudo introdutório*. Universidade de São Paulo, 2014.
- CARDOSO, C. F. A etnicidade grega: uma visão a partir de Xenofonte. *Phoïnix*. Rio de Janeiro. 8: 75-94, 2002.
- CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G.; SILVA, M. A. O. *A Tradição Clássica e o Brasil*. Fortium, 2008.
- FREDRICKSON, G. *Racism: A Short History*. Princeton University Press, 2002.
- GILROY, Paul. Race ends here. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21 (5), p. 839-847, 1998.
- GUIMARÃES, A. *Preconceito racial: Modos, Temas e Tempos*. Cortez Editora, Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil, 2ª Edição, 2012.
- HANNAFORD, I. *Race: The History of an Idea in the West*. Johns Hopkins University Press, 1996.
- HALL, E. *Inventing the Barbarian. Greek Self-Definition through Tragedy*. Oxford Clarendon, 1989.
- HALL, J. Quem eram os gregos? *Revista do Museu de Arqueologia e etnologia*, São Paulo, 11: 213-225, 2001.

HERÓDOTO: História. Tradução de Pierre-Henri Larcher. Paris: Libraire-Éditeur Charpentier, 1850.

HERÓDOTOS. História. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1988.

ISAAC, Benjamin. The Invention Of Racism in Classical Antiquity. Princeton University Press, 2013.

ISAAC, B. Race and Racism. The Encyclopedia of Ancient History. First Edition, 2012.

KENNEDY, R. F. Race and Ethnicity in the Classical World: An Anthology of Primary Sources in Translation. Hackett Publishing Company, Inc, 1974.

LAPE. Race and Citizen Identity in the Classical Athenian Democracy. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2010.

LEFKOWITZ; ROGERS. Black Athena Revisted: A Review Essay. Black Athena Revisted. Chapel Hill: U of North. Carolina P, 1996.

MCCOSKEY, D. E. Race: Antiquity and its Legacy. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MCINERNEY, J. A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean. Malden, MA and Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. n. 39. p. 101-123, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf). Acesso em: 08 fev. 2023.

NETO, F. J. A recusa da interação: um ensaio historiográfico sobre etnocentrismo e racismo na Grécia Antiga. ANPUH, 2020.

PLATÃO. O Político. Trad. de Carmen Isabel Leal Soares. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1998.

SILVA, C. T. DA SILVEIRA. Entre os gregos e eles mesmos: um ensaio sobre identidade e alteridade em A República dos Lacedemônios de Xenofonte, 2011.



Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889626\\_ARQUIVO\\_TextoCompletoCleytonSilva.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889626_ARQUIVO_TextoCompletoCleytonSilva.pdf)>

SNOWDEN, F. M. S. Before color prejudice: The Ancient Views of Blacks. Harvard University Press, 1991.

SNOWDEN, F. M. S. Blacks in Antiquity: Ethiopians in the Greco-Roman Experience. Harvard University Press, 1970.

VIANA, N. Raça e Etnia. Editora Corifeu. Rio de Janeiro, 2009.